



Projeto de Resolução n.º 713/XV/1.^a

Recomenda ao Governo a criação de incentivo à produção de culturas de leguminosas

Exposição de motivos

As leguminosas têm sido reconhecidas como culturas com um grande potencial para promover a sustentabilidade e a saúde humana. A União Europeia, através da estratégia "Do Prado ao Prato", procura estimular a transição para um sistema alimentar mais sustentável, saudável e equitativo. Nesse sentido, a promoção do cultivo de leguminosas destinadas ao consumo humano, preferencialmente em mercados locais, desempenha um papel crucial na concretização desses objetivos.

Estes alimentos possuem um elevado valor nutricional, sendo ricos em proteínas, fibras, vitaminas e minerais essenciais. Além disso, as leguminosas têm a capacidade única de fixar o azoto atmosférico no solo, reduzindo a necessidade de fertilizantes nitrogenados sintéticos e contribuindo para a saúde do solo e a mitigação das alterações climáticas, como reconhece a própria Comunidade Europeia, que tem destacado a importância das leguminosas como parte de uma alimentação saudável e sustentável.

No entanto, apesar dos inúmeros benefícios das leguminosas, a produção destas culturas em Portugal tem enfrentado diversos desafios, como a falta de conhecimento técnico, a escassez de sementes adequadas, a falta de incentivos financeiros e uma reduzida procura no mercado. Para superar esses obstáculos e promover efetivamente a produção de leguminosas destinadas ao consumo humano, é essencial que sejam implementadas medidas de apoio e incentivo por parte do Governo.

Atualmente, grande parte das leguminosas produzidas na União Europeia tem como destino a produção animal. Estima-se que pelo menos 71% da superfície agrícola da União Europeia é destinada à produção de alimentos para animais, sendo que 88% da soja e 53% das leguminosas tiveram também como destino a alimentação animal, quando sabemos que a pecuária intensiva contribui de forma significativa para as alterações climáticas, para a degradação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Neste contexto de crise climática, o cenário atual deve ser invertido, reconvertendo a produção de leguminosas para a alimentação humana em detrimento da sua produção para alimentar a indústria pecuária, o que poderá significar uma redução de 20% do uso de fertilizantes e em 50% da perda de nutrientes, segundo cálculos da organização não-governamental Zero, além de contribuir para saúde humana e para a resiliência dos sistemas agrícolas nacionais.

Portugal pode ser autossuficiente na produção de leguminosas, contribuindo de forma significativa para o cumprimento das metas da Estratégia do Prado ao Prato, mas presentemente importa 77 mil toneladas de leguminosas secas anualmente.

Ao nível ambiental, 1 kg de carne emite 19 vezes mais CO₂ para a atmosfera do que a mesma quantidade de leguminosas. Além disso, as leguminosas fixam azoto atmosférico, diminuindo a sua concentração na atmosfera, aumentam a eficiência do consumo de fósforo do solo e apresentam maior rentabilidade na utilização da água.

A própria Ordem dos Nutricionistas defende a aposta na produção de leguminosas através de técnicas sustentáveis, tendo em conta os valores elevados de importação destes alimentos (quase 80%).

Tal como refere o Plano Nacional de Incentivo à Produção e Consumo de Proteínas Vegetais, da Associação Vegetariana Portuguesa (AVP), a “União Europeia depende da importação de matérias-primas para a alimentação animal e para a produção de biocombustíveis, estando a produção de algumas destas mercadorias - como a soja, o milho e o óleo palma - diretamente ligadas à desflorestação, destruição de ecossistemas e violações aos direitos humanos”.



O PAN - Pessoas-Animais-Natureza acredita que a promoção e o investimento em proteínas vegetais são um fator-chave para um consumo sustentável e em linha com os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”.

O relatório da AVP refere que “as áreas setoriais que envolvem as leguminosas têm demonstrado que um crescimento, baseado em modos de produção e transformação sustentáveis do ponto de vista ambiental, podem contribuir para que os processos com base no mercado como um todo favoreçam a sustentabilidade a longo prazo do ‘oikos’, tanto no sentido económico como no sentido ecológico. Há um sentimento entre os apoiantes da alimentação vegetal de que a posição marginal tradicionalmente associada às proteínas vegetais está a mudar”.

Acrescenta o referido documento que o “mercado mundial das proteínas vegetais, onde as leguminosas figuram como matéria-prima de relevo, em particular, para fins de transformação em produtos que são análogos aos produtos tradicionais de carne (por exemplo, hambúrgueres e almôndegas de origem vegetal), ocupava, em 2020, 0,3% da quota de mercado global, mas estima-se que cresça substancialmente e atinja os 5% até 2030 (que inclui as alternativas vegetais à carne e ao peixe), de acordo com estimativas de 2021, havendo oportunidades para a oferta dado este potencial de crescimento. Outras publicações, como a Research and Markets, prevêem uma taxa de crescimento anual composta de 4,6%, no mercado global de leguminosas entre 2019 a 2027, motivado por um interesse cada vez maior por produtos alternativos à carne, mas também por alimentos integrais, biofortificação desportiva e dietas mais saudáveis, com recurso ao consumo de proteínas vegetais e numa base de alimentação flexitariana, ovolactovegetariana e estritamente vegetariana, onde se faz um grande uso das leguminosas, nomeadamente por consumidores ambientalmente conscientes (Redman, 2015; Jha e Warkentin, 2020)”.

Desta forma, o PAN propõe ao Governo que sejam incentivadas e promovidas as culturas fixadoras de azoto, com a criação de uma linha de apoio financeiro, tendo em vista a criação de programas especificamente dirigidos à promoção do cultivo de leguminosas, alinhados com a estratégia europeia "Do Prado ao Prato" e destinadas ao consumo humano e, de



preferência, em mercados locais, bem como a realização de uma campanha nacional de promoção deste tipo de alimento e os seus benefícios para a saúde e para o ambiente.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do Pessoas-Animais-Natureza, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda à criação de um Programa Nacional de Apoio e Incentivo à produção de culturas de leguminosas, dirigido à promoção do cultivo de leguminosas destinadas ao consumo humano, de preferência, em mercados locais, alinhado com a estratégia europeia "Do Prado ao Prato", incluindo uma linha apoio financeiro à sua implementação;
2. A referida linha de apoio financeiro é dirigida a pessoas singulares ou coletivas proprietárias da parcela de terreno para exploração agrícola ou detentoras de um título válido que confira o direito à sua exploração por período igual ou superior a 5 anos, e que tenham a situação tributária ou contributiva regularizada.
3. A criação da linha de apoio será acompanhada de uma campanha nacional de promoção do consumo de leguminosas junto dos consumidores.

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2023.

A Deputada Única,

Inês de Sousa Real